

11

Os movimentos dos trabalhadores rurais, no período mencionado, se organizaram para lutar por reforma agrária e melhores condições de vida no campo com os chamados Ligas Camponesas.

As Ligas Camponesas foram organizações de homens e mulheres camponeses que promoviam a luta armada contra os latifundiários que exploravam a mão de obra camponesa e reduziam a oferta de terras disponíveis no campo para a produção dos pequenos agricultores.

Ocorriam diversos conflitos entre os camponeses e os latifundiários, tendo esse grupo uma vantagem financeira e bélica com relação aos camponeses. Os grandes fazendeiros realizavam emboscadas contra as lideranças do movimento camponês ou tentativas de desmantelar a resistência camponesa.

Durante o governo do presidente João Goulart, os movimentos sociais pressionavam o governo federal para que atendesse as suas demandas.

As Ligas Camponesas pressionavam para que Jango realizasse a reforma agrária. O então presidente, não reprimiu o movimento camponês e atendeu parcialmente o que desejavam, Jango desapropriou terras improdutivas às margens das rodovias federais. Com isso, se ocorreu ainda mais o descontentamento das elites com o governo. Elites estas, que naquele período estavam apoiando o golpe civil-militar em curso no país.

Com a subida dos militares ao poder se inicia a repressão do movimento dos trabalhadores rurais com prisões, torturas e assassinatos.



de seus líderes e membros. Desta vez, não somente por parte dos latifundiários, mas como política de governo. No aquele período, a luta por reforma agrária era identificada como uma pauta comunista e precisava ser combatida.

Apesar da perseguição e repressão, nas décadas de 70/80, os lutas camponesas se reorganizaram em torno do movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

A partir da década de 1970, com a mecanização do campo, a vida do camponês é ainda mais dificultada. O pequeno produtor não tem acesso às novas tecnologias impossibilitando-o de competir no mercado de forma justa. Outro fator foi a diminuição da necessidade de mão de obra camponesa, uma vez que as máquinas passaram a realizar atividades antes feitas por seres humanos. Assim, ocorreu um aumento significativo do êxodo rural.

O surgimento do MST se deu nesse novo contexto das relações de trabalho no campo. Assim como as Ligas Camponesas, exigiam reforma agrária e condições justas de trabalho. Como forma de pressão e de luta por direitos, o MST realiza ocupações de latifúndios estabelecendo assentamentos de agricultura familiar nas terras dos grandes fazendeiros.

No período de seu surgimento, o Brasil ainda vivia sob o regime da Ditadura militar. Um regime que apertava os grandes ruralistas e, por isso, encarava o MST e os propagandistas como

sendo bandidos e invasores de terra.

Os movimentos camponeses e o luterianismo ver suas demandas atendidas a partir da década de 1990 já no período democrático. No entanto, estabeleceram uma relação dialógica com o governo federal alguns anos mais tarde, durante o período dos governos de esquerda do Partido dos Trabalhadores entre os anos de 2003 e 2015.

2) Com a chegada dos colonizadores portugueses na América no século XVI, primeiramente se estabeleceram relações pacíficas com os indígenas. Neste primeiro momento Portugal não havia percebido o potencial econômico da nova colônia.

Para proteger o território recém colonizado das outras nações europeias, Portugal dividiu a América Portuguesa em Capitânicas hereditárias, cada uma com um capitão donatário que tinha o direito de dividir e doar extensões de suas terras. Essas extensões menores eram chamadas de sesmarias.

No entanto, essa política se mostrou ineficaz pois muitos donos de terra os abandonaram e, assim, o território continuava fragilizado.

A Coroa então, iniciou a política de povoamento e o envio de governadores gerais para administrar e defender a colônia das incursões das outras nações europeias como a França e a Inglaterra.

Com a ampliação da presença portuguesa, também se intensificou a exploração econômica da colônia pela metrópole. Portugal já produzia açúcar em ilhas do Atlântico e descobriu na região nordeste os fatores necessários para uma produção

lucrativa: o solo e o clima.

Para a produção açucareira, no princípio, utilizou-se a mão-de-obra indígena. Os nativos eram escravizados, retirados de suas tribos e utilizados nos latifúndios produtores de açúcar. É neste período que a relação entre os portugueses e os nativos se tornam mais conflituosas.

Então, os indígenas passam a resistir à presença europeia em seu território. Alguns adotam o suicídio como resistência, mas outros povos realizam alianças com outros povos da Europa como tentativa de expulsão dos portugueses de suas terras.

No entanto, os portugueses venceram as disputas. No século XVII muitas populações indígenas se encontravam dizimadas ou procuraram o isolamento. Os indígenas também sofreram com a forma de dominação que foi a colonização de suas mentes e costumes realizada pelos jesuítas com a catequização de povos indígenas.

Com a diminuição da mão-de-obra indígena e com a proibição pela Igreja Católica de escravizar os nativos, Portugal passou a utilizar a escravidão de outros povos: os africanos.

A utilização da mão-de-obra de africanos escravizados foi uma solução lucrativa para a Coroa portuguesa. Utilizando-se de suas feitorias no litoral da África estabeleceram o Comércio Transatlântico que incluía o comércio de africanos escravizados.

Nesse comércio realizado entre Portugal, América

Portuguesa e África, o aguardente e o fumo produzidos na América serviam para obter escravos africanos que depois eram vendidos na América e em Portugal.

Assim, a substituição da mão-de-obra indígena foi substituída por uma mão-de-obra que gerava lucros e que tinha seu uso referendado pela Igreja Católica que afirmava que os africanos não tinham alma e que, portanto, poderiam ser submetidos à escravidão.

Essa mão-de-obra foi vastamente utilizada nas colônias. Realizavam trabalhos domésticos, artesanais, trabalhavam nos centros urbanos e no campo.

No campo, os africanos escravizados foram utilizados principalmente na produção açucareira nos locais conhecidos como engenhos. Os engenhos podem ser divididos em três partes: o coto, a senzala e a casa grande. O coto era o local onde os escravizados trabalhavam para produzir o açúcar, a senzala era a sua habitação precária e a casa grande era a habitação dos senhores de engenho e suas famílias.

Para se iniciar um engenho era necessária a atuação dos banqueiros (principalmente holandeses) que financiavam o início da produção e participavam da comercialização do açúcar (principal produto por mais de três séculos).

Os latifundiários, chamados senhores de engenho, representavam o grupo social mais poderoso da colônia por serem donos de terras e donos de escravos.

As relações entre os senhores de engenho e os africanos escravizados não eram pacíficas.

Os africanos submetidos à exploração escravista resistiram de diversas maneiras. Alguns entraram num estado de extrema tristeza, "o bonzô", e moriam. Outros fugiam de seus senhores e, na maioria dos casos, eram recapturados e sofriam castigos ainda maiores que o já vivenciados nos engenhos. Outra forma de resistência era a criação de Quilombos. Os Quilombos eram comunidades formadas, majoritariamente, de africanos escravizados que fugiram e estabeleceram relações com outros africanos na mesma situação. Nesse local, eles não só se protegiam de uma possível recaptura, mas também organizavam ataques aos engenhos e senhores de engenho para libertar outros escravizados.

Assim, pode-se inferir que as relações entre os povos que constituíram a América Portuguesa entre os séculos XVI e XVIII e que formaram o povo brasileiro, não foram relações pacíficas, mas sim, de conflitos entre dominantes e dominados.

3) Existem algumas possibilidades de abordagem acerca do tema. Uma abordagem mais tradicional se utilizaria da narração dos fatos pelo professor, da leitura do livro didático e escrita no quadro com uma prova para avaliar a aprendizagem.

Mas é possível optar por outros tipos de abordagem como uma aula mais dialógica entre professor e os estudantes. Não partindo do princípio de que os educandos são folhas em branco, o professor realizaria primeiramente uma diagnóstico de que a turma já conhece acerca do tema.

Partindo desse pré conhecimento da turma,

O professor conduziria a sua aula com espaço para a narrativa histórica do professor, mas também abrindo para o debate.

Como atividade avaliativa poderia dividir a turma em grupos para análises de fontes do período, permitindo assim o contato dos educandos com o fazer histórico, e após essa análise os grupos expõem uns aos outros suas indagações e conclusões gerando diálogos entre os grupos. Além do observação do desempenho da turma nesse momento da aula, o professor analisaria a aprendizagem acerca do tema refletindo sobre o desempenho e aprendizagem de cada aluno para assim sanar possíveis dificuldades ou erros.

Uma terceira possibilidade seria escolher como ponto de partida o aspecto cultural que ainda está presente no cotidiano dos educandos e os movimentos sociais que ainda existem, por exemplo, a UNE e o de trabalhadores rurais, para despertar o interesse e gerar aprendizagem significativa.

Partindo disso, trabalhar conjuntamente o tema em sala de aula para numa aula seguinte coordenar o conteúdo da aula com Educação Patrimonial, levando a turma para um espaço de memória do período, por exemplo, a sede da UNE em reconstrução, para complementar o que foi visto em sala de aula e perceber se houve aprendizagem anteriormente.

Como avaliação, os estudantes produziram um documentário em conjunto com o professor trabalhando também o conceito de memória. A aprendizagem seria verificada ao longo das aulas e atividades.